

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Subsidia o ato de credenciamento e credenciamento institucional e a transformação de organização acadêmica (presencial)

Comissão Própria de Avaliação – CPA/FAGOC-MG
IES 1362

UBÁ-MG
MARÇO/2019

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
COMPOSIÇÃO DA CPA	3
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	7
3. ESTRATÉGIAS	7
4. RECURSOS	8
5. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	8
EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	9
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	16
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	27
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	44
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	55
REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	70

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome / Código da IES: Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC / 1362

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Minas Gerais

Município: Ubá

A FACULDADE GOVERNADOR OZANAM COELHO - FAGOC, é uma Instituição de Ensino Superior, particular, independente, mantida pela SOCIEDADE EDUCACIONAL GOVERNADOR OZANAM COELHO LTDA. – SEGOC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO DA CPA

- Coordenador Geral: Prof. João Paulo Ciribeli
- Representante da Comunidade: Rafaela Martins Namorato da Rocha
- Representante do Corpo Discente: Felipe Batista Rufino
- Representante do Corpo Administrativo: Márcia Moreira Salles Brum

Período de mandato - 02 ANOS

ATO DE DESIGNAÇÃO DA CPA: o ato de designação se deu por ata de apuração eleitoral assinada pela Comissão Eleitoral conforme prerrogativas de edital que trata da eleição das chapas com os respectivos representantes do corpo discente, docente, técnico-administrativo e da sociedade civil para a Comissão Própria de Avaliação - CPA da Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC, atendendo o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, à Portaria/MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 e ao Regulamento da CPA-FAGOC, conforme art. 2º, §1º.

Recentemente, pela Portaria nº 10/2018 de 29 de novembro de 2018, assinada pelo Diretor Geral da FAGOC houve a recondução dos representantes.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A FACULDADE GOVERNADOR OZANAM COELHO - FAGOC foi credenciada, juntamente com autorização de funcionamento de seu primeiro curso de graduação **Bacharelado em Comunicação Social – habilitação Jornalismo**, através da Portaria MEC 1.300, de 26 de agosto de 1999, publicada no DOU de 27 de agosto de 1999. Em seguida, foram autorizados os cursos de **Licenciatura Plena em Educação Física** e de **Bacharelado em Ciência da Computação**, através da Portaria MEC 1527, de 19 de outubro de 1999, publicada no DOU de 20 de outubro de 1999, e da Portaria MEC 1.721, de 03 de dezembro de 1999. Em 01 de novembro de 2004 foi publicada a portaria 3.540 que autoriza o funcionamento do curso de Licenciatura em Educação Física.

As atividades da FAGOC foram iniciadas em 07 de fevereiro de 2000, no endereço da sua sede provisória, na Rua do Divino, 41, Centro, Ubá, MG. Em fevereiro de 2001, as atividades da FAGOC foram transferidas para o novo endereço da sede, na Rua Adjalme da Silva Botelho, 20, Bairro Seminário, Ubá, MG, onde se encontra instalada, com espaços adequados ao seu desenvolvimento. Em final de 2001, conforme a Portaria 3.014, publicada no DOU de 21 de dezembro de 2001, foi autorizado o funcionamento do curso de **Bacharelado em Administração de Empresas**, e o seu reconhecimento ocorreu em 15 de março de 2006, através da Portaria 666. Outro curso autorizado foi o de **Bacharelado em Ciências Contábeis**, publicado no DOU em 02 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 4.175.

O curso de **Bacharelado em Direito** foi autorizado pela Portaria nº 439, de 25 de outubro de 2011, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, o curso de **Bacharelado em Psicologia** foi autorizado pela Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2014, e publicada em 11 de fevereiro de 2014, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e o curso de **Bacharelado em Medicina** teve, via Portaria nº 359, de 10 de junho de 2014, a autorização para início do curso com 60 vagas. O primeiro (Bacharel em Direito) teve início no primeiro semestre de 2013, enquanto as turmas dos cursos de Bacharelado em Psicologia e Medicina tiveram início em agosto de 2014.

No ano de 2015 teve início a primeira turma do curso de **Pedagogia**, que foi autorizado pelo MEC via Portaria Nº 600, de 29 de outubro de 2014. Para o ano de 2018 teve início a primeira turma do curso de Bacharelado em **Odontologia**; foram 80 (oitenta) vagas autorizadas pelo MEC, conforme Portaria de número 116, de 20 de fevereiro de 2018.

No ano de 2018 foi publicada a Portaria número 874, de 14 de dezembro, que autoriza a abertura de 120 vagas para o curso tecnólogo em **Estética e Cosmética**, a Portaria 370 de 23/04/2018, que estabelece a autorização provisória para o curso tecnólogo EAD em **Redes de Computadores**, bem como a Portaria 244 de 06/04/2018 que autoriza a abertura do curso de bacharelado em **Enfermagem**.

Atualmente contam no sistema e-MEC os seguintes processos protocolados em nome da Mantida:

Nº do Processo	Ato Regulatório	Nome do Curso
201611132	Recredenciamento	
201701971	Autorização EAD Vinculada a Credenciamento	REDES DE COMPUTADORES
201709121	Reconhecimento de Curso	PSICOLOGIA
201816135	Reconhecimento de Curso	PEDAGOGIA
201816136	Reconhecimento de Curso	MEDICINA

De acordo com a avaliação do INEP a Faculdade possui os seguintes processos de cursos no sistema e-MEC: Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Enfermagem, Jornalismo, Medicina, Odontologia, Pedagogia e Psicologia (11 cursos).

Cursos	Atos	Finalidade	Conceito
53290 Administração, bacharelado	Port. 270 de 03/04/2017	Renov. Rec.	CPC - 4 CC – 4 ENADE 4
Ciência da Computação, bacharelado 20615	Port. 1094 de 24/12/2015	Renov. Rec.	CPC - 4 CC – ENADE 4
Ciências Contábeis bacharelado 89796	Port. 270 de 03/04/2017	Renov. Rec.	CPC - 3 CC – 4 ENADE 3
Direito bacharelado 5000995	Port. 686 de 31/10/2016	Renov. Rec.	CPC - CC – 5 ENADE
Educação Física Licenciatura 20457 Educação Física bacharelado 109692	Port. 1094 de 24/12/2015 Port. 135 de 02/03/2018	Renov. Rec.	CPC - 4 CC – 3 ENADE – 4CPC - 4 CC – 3 ENADE - 4

Enfermagem bacharelado 1321828	Portaria 244 de 06/04/2018	Autorização	CPC - CC – 4 ENADE -
Gestão de Recursos Humanos Tecnológico 1279757	Portaria 599 de 29/10/2014	Autorização	CPC - CC –ENADE -
Gestão Financeira Tecnológico 1279590	Portaria 599 de 29/10/2014	Autorização	CPC - CC –ENADE -
Jornalismo bacharelado 25446	Portaria 270 de 03/04/2017	Renov. Rec.	CPC – 3 CC –ENADE - 2
Medicina bacharelado 1190621	Portaria 359 de 10/06/2014	Autorização	CPC –CC – 4 ENADE -
Odontologia bacharelado 1330673	Portaria 116 de 20/02/2018	Autorização	CPC –CC – 4 ENADE -
Pedagogia Licenciatura 1279591	Portaria 600 de 29/10/2014	Autorização	CPC - CC –ENADE -
Psicologia bacharelado 1179188	Portaria 59 de 10/02/2014	Autorização	CPC –CC – 3 ENADE -
Redes de Computadores Tecnológico 1386256	Portaria nº 370 - DOU de 23/04/2018	AutorizaçãoEaD Provisória	

O Regimento da FAGOC foi aprovado pelo Ministério da Educação, conforme Portaria 1.175, de 21 de maio de 2003. Em 2005, pela Portaria 4.175, publicada no DOU de 05/12/2005, a Instituição obteve autorização para o funcionamento de mais um curso: Ciências Contábeis. Em 2008 foi autorizado o funcionamento do curso de Bacharelado em Educação Física.

O **negócio** da FAGOC é “Oferecer ensino de qualidade para realizar sonhos”, sua **missão** é “Promover com excelência a educação integral e de qualidade, formando profissionais competentes e éticos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico nacional.”, sua **visão** é “Ser referência como Centro Universitário”, e seus **valores** consistem na ética, respeito, credibilidade, simplicidade, comprometimento e transparência.

A Entidade Mantenedora da FAGOC, Sociedade Educacional Governador Ozanam Coelho Ltda - SEGOC, concede à Faculdade autonomia didático-pedagógico-administrativa, mantendo o poder de vetar as deliberações acadêmicas que importam aumento de despesas.

Para a realização do Instrumento de Autoavaliação Institucional FAGOC, foram levados em consideração as sub dimensões para avaliação externa de curso segundo critérios de 2018 do INEP; por tratar-se de autoavaliação que contempla ações programadas, ações realizadas e resultados (pontos fortes e pontos fracos)

do ano de 2018, e pelo fato, também, das novas Portarias (20, 21, 22, 23 e 24) terem entrado em vigor em fins de 2017.

No entanto, tais Portarias já são objeto de estudo por parte da IES. Treinamentos em Brasília foram realizados pelo Diretor Geral, pelo Superintendente Acadêmico e de Tecnologia e pela Coordenadora do curso de Administração.

Ações de leitura das Portarias, debates e planejamento também estão sendo realizados pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de Graduação, pelos Colegiados e pela Comissão Própria de Avaliação. O intuito é atualizar sobre as novas normativas do MEC, e principalmente adequar a IES ou o Curso às atuais exigências.

2.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Tem, como eixo central, dois objetivos:

- Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional.
- Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

3. ESTRATÉGIAS

A autoavaliação da FAGOC tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da Instituição como um todo. Para que isso ocorresse observaram-se as seguintes estratégias:

- 3.1 - Mobilização da Comunidade Acadêmica da IES;
- 3.2 - Parcerias com a comunidade;
- 3.3 - Coleta de informações usualmente produzidas e disponibilizadas no sistema dos órgãos oficiais especialmente os obtidos pelo Censo e Cadastro da IES;
- 3.4 - Realização de reuniões com o Representante da IES visando agilizar o processo de tomada de decisões.

4. RECURSOS

Os recursos foram disponibilizados pela Mantenedora em consonância com a Direção Geral da FAGOC. As necessidades apontadas solicitadas pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) para a operacionalização, levantamento, coleta e tratamento dos dados necessários para o desenvolvimento das ações avaliativas foram prontamente atendidas.

5. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Atendendo os preceitos definidos pela CONAES, considerando a avaliação da instituição como o componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve nas IES e integrando todos os demais componentes da avaliação institucional, o presente relatório teve como base a visão global sob as perspectivas do conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades, centrado em suas atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais, incluindo a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro, assim como dos sujeitos da avaliação, que são os conjuntos de professores, de estudantes, de técnico-administrativos e um membro da comunidade externa. Os respectivos resultados são apresentados nos quadros com os seus respectivos Eixos I, II, III, IV e V.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

A análise dessa dimensão partiu da pesquisa que foi concluída com a elaboração do presente Relatório e contou com a participação de diversos elementos e órgãos envolvidos, sejam coordenadores de cursos, de áreas, de setores, professores ou funcionários.

As metas, princípios e objetivos institucionais presentes no PPI e PDI são diretrizes para a organização dos planos de ação, que ocorre de forma sistematizada, mas ainda segmentada conforme as necessidades de cada curso perante seu colegiado e Núcleo Docente Estruturante - NDE.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.	Planejamento de ações para superação das dificuldades e uma melhor qualificação institucional, priorizando ações de médio e longo prazo. O planejamento ocorre em reuniões periódicos onde são apresentados os resultados das avaliações, e onde são feitas proposições de melhorias da IES. Após as avaliações os resultados são apresentados aos interessados, assim como, para os pontos considerados críticos, se propõem medidas		As definições, priorização e plano de ação das atividades a serem desenvolvidas pela IES em larga escala têm por amparo os resultados da Avaliação Institucional feita com os discentes, egressos, docentes e corpo técnico administrativo. Realização de reuniões frequentes, por parte dos Colegiados, NDE's, Direção, Coordenação Acadêmica e Coordenadores de Curso, com o intuito de diagnosticar e sugerir melhorias referentes às avaliações (institucional e de Cursos). Mantenedora, Diretoria e colaboradores dos setores acadêmico e administrativo empenhados na melhoria da Instituição.	

	corretivas em conjunto com a comunidade acadêmica.			
1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional.	A autoavaliação, assim como a avaliação institucional, estão devidamente planejadas e regulamentadas, estando prevista no PDI, no Regimento Interno, no regulamento da CPA e nos PPCs dos cursos de graduação. São avaliados os Cursos, Coordenadores, Professores, infraestrutura física e estrutura organizacional, pelo corpo discente. Padronização dos critérios, aspectos e indicadores utilizados na autoavaliação, através de estudos a serem realizados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação). Institucionalização e realização do acompanhamento junto aos egressos Fagoc.	Baixa participação da comunidade acadêmica junto aos processos de concepção das avaliações.	Revisão periódica dos documentos oficiais que regulamentam a autoavaliação institucional e demais processos avaliativos. As ações da CPA são desenvolvidas de forma independente, mas com o devido apoio da IES	
1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.	Reuniões periódicas da CPA com representantes do corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e sociedade civil. Aplicação de questionário de avaliação junto aos discentes,		A autoavaliação institucional é realizada por meio da coleta de informações setoriais, ou seja, a CPA se reúne com os responsáveis pelos setores da IES e pela via da entrevista semi-estruturada coleta as informações que comporão o relatório. Revisão periódica das	

	tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo de 2018.		perguntas da avaliação instituição para um melhor entendimento das realidades que perpassem o universo de estudo dos discentes. Cultura avaliativa em relação aos cursos de graduação. Realização da pesquisa de clima organizacional entre os docentes, funcionários técnico-administrativo e coordenadores. Avaliação do corpo técnico-administrativo e docente por meio de pesquisa de clima organizacional, realizado pelo RH. Os cursos de pós-graduação são avaliados conforme critérios do Núcleo de Pós-Graduação – NPG. Iniciativa e preocupação em estabelecer o processo de avaliação contínuo do desempenho de todos os segmentos. Avaliação institucional realizada semestralmente, com participação efetiva do corpo discente, corpo docente e funcionários técnico-administrativos. Cultura avaliativa por meio de ações efetivas e propostas de reformulações. Direcionamento da autoavaliação semestral conforme necessidade institucional.	
--	--	--	---	--

1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.	Divulgação da auto-avaliação (ano base 2018) na página web da CPA e na biblioteca da FAGOC. Divulgação da avaliação institucional 2018-1 e 2018-2 na página web da CPA. Disponibilização dos resultados da Avaliação Institucional aos professores, coordenadores e corpo técnico-administrativo via intranet - SIGA (2018-1 e 2018-2). Reunião com os membros da CPA e coordenadoria da FAGOC para tratar dos pontos positivos e negativos identificados, bem como propor melhorias.	Baixo interesse da comunidade acadêmica em acessar e tomar conhecimento dos relatórios de autoavaliação e avaliação institucional.	Divulgação dos resultados da autoavaliação e da avaliação institucional aos docentes, discentes, funcionários técnico-administrativo e para a sociedade. Os resultados obtidos através das avaliações da CPA servem para um planejamento de ações para superação das dificuldades e uma melhor qualificação institucional. Adequação quanto à divulgação dos resultados, permitindo o acesso restrito das informações de caráter pessoal, e globalizando as informações de caráter institucional.	
1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação.	Processamento, tratamento estatístico e análise das respostas dos discentes, referente a Avaliação Institucional. Processamento, tratamento estatístico e análise das respostas dos docentes e corpo técnico-administrativo, referente a Avaliação Institucional. Processamento, tratamento estatístico e análise das		Os dados são obtidos junto ao Siga, no caso da avaliação com os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo, na sequência são feitas tabulações em planilha Excel para melhor visualização das informações. O acompanhamento dos egressos é feito via questionário elaborado na plataforma do <i>googledoc</i> e enviado por e-mail aos ex-alunos, na sequência são feitas tabulações em planilha Excel para melhor visualização das informações.	

	respostas dos egressos, referente a seu acompanhamento			
--	--	--	--	--

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

1.1	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. (indicador aplicado no Recredenciamento e transformação de Organização Acadêmica)	1	O Relato Institucional não contempla o histórico da IES, os conceitos de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias ou os processos de gestão a partir das avaliações externas e internas.
		2	O Relato Institucional contempla o histórico da IES, os conceitos de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias e os processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, mas não evidencia a evolução institucional.
		3	O Relato Institucional demonstra a análise do histórico da IES, do conceito de avaliações externas, do desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, do plano de melhorias e dos processos de gestão a partir das avaliações externas e internas e evidencia a evolução institucional.
		4	O Relato Institucional demonstra a análise do histórico da IES, do conceito de avaliações externas, do desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, do plano de melhorias e dos processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, demonstra a implementação de ações efetivas na gestão da IES e evidencia a evolução institucional.
		5	O Relato Institucional analisa e sintetiza o histórico da IES, o conceito de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias e processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, demonstra a implementação de ações efetivas na gestão da IES, evidencia a evolução institucional e é apropriado pelos gestores, docentes/colaboradores e discentes.
1.2	Projeto/processo de autoavaliação institucional. (indicador aplicado no Recredenciamento e transformação de Organização Acadêmica)	1	Não há processo de autoavaliação institucional.
		2	Há processo de autoavaliação institucional, mas não atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional.
		3	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de

			gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional.
		4	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados para a sua relevância.
		5	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados.
1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica. (indicador aplicado no Recredenciamento e transformação de Organização Acadêmica)	1	Não há processo de autoavaliação institucional.
		2	O processo de autoavaliação não ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica.
		3	O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles).
		4	O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada, de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles) e com abrangência de instrumentos de coleta.
		5	O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles), com abrangência de instrumentos de coleta e índice de participação crescente.
1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. (indicador aplicado no Recredenciamento e transformação de Organização Acadêmica)	1	Não há divulgação dos resultados da autoavaliação institucional ou de avaliações externas
		2	Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, não estão disponíveis para todos os segmentos da comunidade acadêmica.
		3	Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são descritivos e estão disponíveis para todos os segmentos da comunidade acadêmica.
		4	Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e estão disponíveis para todos os segmentos da comunidade acadêmica.
		5	Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.
1.5	Elaboração do relatório de	1	Não há relatórios de autoavaliação postados

autoavaliação. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	2	Os relatórios de autoavaliação não estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA)
	3	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA).
	4	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si e impactam o processo de gestão da instituição.
	5	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si, impactam o processo de gestão da instituição e promovem mudanças inovadoras.

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No PPI e PDI da FAGOC o compromisso institucional no âmbito graduação está atrelado à compreensão da educação superior para muito além da formação de mão de obra para o mercado. A educação superior na FAGOC precisa produzir conhecimento e daí a necessidade de uma busca permanente pela sólida construção teórico-prática para a formação de um profissional competente, capaz de compreender as contradições sociais, propondo alternativas de desenvolvimento e de mudanças.

A busca de alternativas sempre depende de uma liderança consequente que garanta as condições para despertar a motivação. A realização desse compromisso deve envolver a discussão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pilar fundamental da construção do conhecimento, sua disseminação e formação do acadêmico e do cidadão.

Como Faculdade em desenvolvimento e expansão, a preocupação básica dos gestores da IES é criar uma estrutura capaz de aglutinar as diversas áreas do saber buscando estimular as atividades acadêmicas com vistas ao desenvolvimento regional e local. No entanto, para concretização desses objetivos é necessário investir em qualificação de docentes e técnicos e assim estará cumprindo seu papel.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
2.1 Missão, objetivos, metas e valores institucionais	Reuniões pedagógicas são desempenhadas periodicamente e nestas ocasiões são realizados debates de estratégias de ações para a resolução de	Baixo grau de conhecimento do PDI pela comunidade acadêmica.	A missão, os objetivos, as metas e compromissos da instituição estão devidamente explicitados em documento oficial – PDI. As práticas	

	problemas e o aperfeiçoamento dos procedimentos executados pela IES. Estes aspectos também são discutidos nas reuniões do NDE e do colegiado de cada curso. Implementação do plano estratégico visando a orientação das atividades administrativas e pedagógicas num contexto macro e setorial. Apresentação da missão e do PDI quando da contratação de novos funcionários. Elaboração, revisão e aplicação do PDI, de forma participativa, consoante a realidade da IES e suas perspectivas. Em abril de 2011 foi apresentado aos dirigentes e coordenadoria o Plano Estratégico da IES, onde foram identificados seus pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades do ambiente, bem como seu posicionamento estratégico frente as outras IES e ao contexto sócio-econômico. Nesta perspectiva, durante todo o ano de 2018 os		pedagógicas e administrativas estão sendo atingidas conforme os objetivos centrais da instituição. As características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico são compatíveis.	
--	--	--	---	--

	esforços foram no sentido de reavaliar e implementar o planejamento de forma a minimizar as ameaças e pontos fracos bem como maximizar as oportunidades e os pontos fortes.			
2.2 PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação	Existe coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e pós-graduação. Reuniões periódicas com propostas de reformulação e adequação (seja do PDI, seja das atividades de ensino) são regularmente feitas.		O perfil do egresso está vinculado à missão da IES. Deve-se constar que cada curso de graduação tem o seu próprio perfil de egresso, que está devidamente em amônia com os propósitos institucionais.	
2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	Existe coerência entre o PDI e as práticas de extensão. Tal atividade é desenvolvida pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa da Fagoc. Cada curso de graduação possui seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC alinhado com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. As normas das Atividades Pedagógicas Domiciliares – APD, o Regulamento das Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais, o		Existe uma articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.	

	Regimento da FAGOC, o regulamento de iniciação científica, os PPCs e o PDI possuem coerências sofrendo revisões periódicas sempre que necessário.			
2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Existe coerência entre o PDI e as práticas de extensão. Tal atividade é desenvolvida pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa da Fagoc e pelo Grupo de pesquisa (iniciação científica da Fagoc) em conjunto com a diretoria Fagoc, para afinamento do discurso entre PDI e práticas institucionais. Destinação de bolsas e verbas específicas para o programa de iniciação científica.	Baixo interesse dos discentes em participar de atividades de iniciação científica, artística e cultural. Baixo investimento em ações de cunho artístico e cultural, tanto para comunidade acadêmica como para a sociedade.	Pesquisas de iniciação científica vigentes na quase totalidade dos cursos de graduação, com o acompanhamento dos professores orientadores e do Núcleo de Pesquisa.	
2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	Ampliação das ações voltadas às atividades artísticas e culturais, como exposições, oficinas, apresentações, etc. Manutenção e ampliação das ações do Instituto Fagoc de Educação e Cultura, criado em 2011. O Instituto busca a concepção, criação e disseminação artística e cultural	Pouco envolvimento do pessoal técnico administrativo nas ações sociais e culturais da IES. Poucas ações voltadas às produções artísticas e culturais na IES.	Existência de atividades institucionais de interação com o meio social, nas seguintes áreas: educação, saúde, lazer, esporte, cidadania e solidariedade.	

	por meio de parcerias.			
2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	O documento (PDI) possui em seus subcapítulos “2.11 Responsabilidade Social da FAGOC” e “2.11.1. Responsabilidade Social, enfatizando a Contribuição à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico e Social da Região” as orientações gerais da responsabilidade social Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias via: Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, Iniciação Científica e Estágios. Atividades desempenhadas pelo “Banco de Talentos” que durante o ano de 2018 ofereceu aos discentes 41 possibilidades de estágio e 28 possibilidades de emprego em instituições de Ubá e Região. Núcleo de Prática Jurídica que faz atendimentos na área jurídica a pessoas em estado de vulnerabilidade social. Desenvolvimento das atividades do Núcleo de Ensino	Necessidade de ampliar projetos de cunho social.	As políticas setoriais possuem coerência com o Plano Estratégico para a Responsabilidade Social. Convênios com diversas instituições representativas em Ubá e região. Continuação com as atividades do “Banco de Talentos” - ferramenta de captação de currículos para as vagas de estágio e emprego, divulgadas pela IES, em parceria com as empresas da região.	O Banco de Talentos é um sistema de recrutamento totalmente gratuito criado pela FAGOC, onde é possível encontrar profissionais com o perfil desejado.

	em Saúde Coletiva, Pesquisa e Extensão (NESCOPE) Atendimento à população realizados pelo curso de medicina: Professores trabalham em Unidades de Saúde municipais e regionais, além de hospitais. Esse atendimento NÃO é exclusivo da FAGOC, mas de professores da medicina que trabalham nos referidos locais e TAMBÉM atuam nesses locais com os alunos. Atendimentos: 1. Atendimento ambulatorial na atenção primária 2. Atendimento ambulatorial na atenção secundária 3. Atendimento ambulatorial na atenção terciária 4. Internações hospitalares 5. Realização de cirurgias.			
2.7 Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social	Continuação do projeto "Vestibular Social". Oferta de 307 bolsas de ensino pela IES entre integrais e parciais. Oferta de bolsas de estudo por meio de parcerias entre a IES e empresas de Ubá e região. Durante o ano de		Política de inclusão social da Instituição manifestada em seu Projeto Institucional. Adesão ao sistema de financiamento do Governo Federal FIES. Concessão de bolsa via PROUNI e Educa Mais Brasil. Bolsas Institucionais (vestibular social). Adaptação de vários ambientes da faculdade para deficientes físicos.	O Vestibular Social foi criado no ano de 2009 para oportunizar aos alunos o acesso ao ensino superior através de desconto nas mensalidades, neste sentido, é avaliada a situação socioeconômica dos alunos. A metodologia se dá através de visitas domiciliares, entrevistas e questionários socioeconômicos. A porcentagem de

	2018 foram oferecidas várias bolsas do PROUNI, programas de financiamento de estudo via FACRED e via FIES.		Oferta de bolsas e benefícios de estudo, como no caso do "Vestibular Social" onde o aluno de baixa renda poder obter bolsa.	benefícios distribuídos é relativa a cada vestibular realizado, haja visto que existem diversos fatores que influenciam neste montante disponível.
2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico- racial	A promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial estão previstas no PDI. As ações de defesa são realizadas em disciplinas afins ao tema, como sociologia, ética e filosofia.	Inexistência de eventos acadêmicos de extensão que abordem o assunto.	A promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial está prevista no PDI, no PPC dos curso e nas ementas de determinadas disciplinas, onde o assunto é tratado. Os cursos de Pedagogia e Psicologia começam a ter iniciativas de discussão sobre os direitos humanos e igualdade étnico-racial	

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

2.1	Missão, objetivos, metas e valores institucionais	1	A missão, os objetivos e as metas da instituição não estão consonantes com o PDI.
		2	A missão, os objetivos e as metas da instituição estão expressos no PDI, mas não se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica).
		3	A missão, os objetivos e as metas da instituição estão expressos no PDI e se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica).
		4	A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica) e se traduzem em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos.

		5	A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica), traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.
--	--	---	--

2.2	PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação	1	Não há alinhamento entre o PDI e a política de ensino
		2	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, mas não se consideram os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado ou as atividades de avaliação.
		3	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação.
		4	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, com incorporação de avanços tecnológicos e com metodologia que incentiva a interdisciplinaridade.
		5	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, com incorporação de avanços tecnológicos e com metodologia que incentiva a interdisciplinaridade, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

2.3	PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural	1	Não há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural.
		2	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, mas não se verificam práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento.
		3	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento
		4	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, havendo

			linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados.
		5	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, havendo linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados e mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.
2.4	PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	1	O PDI não possui políticas institucionais e não aborda problemática relacionada a ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, ou a ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
		2	O PDI não possui políticas institucionais, mas aborda problemática relacionada a ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e a ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
		3	O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
		4	O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos.
		5	O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.
2.5	PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social	1	Não há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e social.
		2	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e social, mas não se consideram a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão.

		3	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão.
		4	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES.
		5	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras
2.6	PDI e política institucional para a modalidade EaD	1	PDI e política institucional para a modalidade EaD
		2	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI, mas não contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização.
		3	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização.
		4	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos).
		5	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos) e considerando as condições reais da localidade de oferta.
2.7	Estudo para implantação de polos EaD	1	O PDI não apresenta estudo para implantação de polos EAD
		2	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD, mas não considera sua distribuição geográfica ou aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos.
		3	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos.
		4	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem

			como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade.
		5	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.

Eixo 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

A concepção do currículo e a organização didático-pedagógica estão de acordo com as finalidades institucionais e as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, que são sustentados nos princípios éticos, políticos, didático-pedagógicos e na busca da competência profissional expressos no PPI, evidenciando a pedagogia progressista atrelada à interdisciplinaridade presente no fazer pedagógico dos docentes e discentes desta IES.

Os cursos assumiram compromissos institucionais de promover a expansão educacional da região através da oferta regular de vagas semestrais e de oferecer ensino de graduação com qualidade. Ambos os compromissos vem sendo cumpridos.

A qualidade do ensino promovido pelos cursos é assegurada por uma política de graduação, capacitação e experiência dos professores ligados aos cursos e relevância teórico-metodológica dos conteúdos curriculares ministrados em sala e estendidos aos projetos de iniciação científica, atividades de extensão e atividades complementares a formação do acadêmico.

Dessa forma, articulando com as diferentes áreas do conhecimento e integrando a iniciação científica e a extensão, os cursos buscam promover a construção do saber nas diversas áreas por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, condição primeira de um processo educacional continuado e não dependente.

A prática pedagógica, não consiste apenas na sala de aula e nem está restrita às atividades de trabalho pedagógico isolado, mas se expande para o trabalho junto à comunidade. Outro aspecto, diz respeito à substituição da quantidade de conteúdos trabalhados que deve ceder lugar à qualidade das aprendizagens desenvolvidas, já que serão baseadas em significados profundos das relações entre teoria e prática partindo do concreto vivido e não do abstrato longínquo. Um outro suporte desta proposta metodológica é a interdisciplinaridade como perspectiva superadora do conhecimento estanque e fragmentado, identificando com os temas geradores que cuja discussão interliga os diversos saberes dentro do processo

ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade é contemplada através da metodologia proposta em sala de aula, das atividades extensão e projetos de iniciação científica.

No processo de desenvolvimento e expansão desta IES, a pós-graduação vem cumprindo de forma gradativa a política de expansão, garantindo a criação de cursos *Lato Sensu*.

Visando ampliar o número de cursos de pós-graduação e a qualidade destes, estão sendo elaborados novos projetos para serem apresentados à sociedade.

A FAGOC tem entre as suas prioridades manifestar-se perante a sociedade levando até ela uma comunicação clara e objetiva com a finalidade de informá-la sobre ações, projetos e atividades capazes de fazer a diferença dentro de sua rotina. É importante salientar que por sociedade é preciso entender não só o público externo da instituição como também o seu público interno. Sendo assim, em função do processo de aproximação da FAGOC com os meios de comunicação e o uso de novas ferramentas, tem sido possível que a sociedade conheça mais o trabalho da instituição.

A comunicação escrita (informativos e avisos) e a internet são os meios predominantes na comunicação interna/externa. É importante assinalar que ferramentas como a intranet é amplamente utilizada na comunicação interna, seja entre docentes, discentes e/ou corpo técnico-administrativo.

Consciente de que tanto o docente como o discente precisam de apoio pedagógico e psicológico, a FAGOC disponibiliza aos seus alunos e docentes o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE). Oferece aos alunos um trabalho de suporte e apoio de acordo com as demandas apresentadas, sejam estas relacionadas à aprendizagem, ou de ordem social, físicas ou psicológicas, bem como são desenvolvidas atividades sócio-culturais.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	Cada curso de graduação possui seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC alinhado com os objetivos do Plano de	Limitações quanto ao conhecimento das políticas institucionais - principalmente por parte dos discentes.	A concepção do currículo e da organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da	

	Desenvolvimento Institucional – PDI.		aprendizagem) estão de acordo com os fins da instituição e as diretrizes curriculares nacionais. A sistemática de revisão dos currículos dos cursos de graduação está a cargo dos Colegiados e do Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso, feitos com periodicidade adequada. Desenvolvimento do “Manual do Aluno” com finalidade de orientar os alunos quanto aos principais temas de direitos, deveres e procedimentos acadêmicos.	
3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu. (aplica-se também às Faculdades e aos Centros Universitários, quando previstos no PDI)	Nsa	Nsa	Nsa	Nsa
3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu. (aplica-se quando previsto no PDI)	Aprovação em 2012 e atualização em 2018 das Políticas Institucionais para os cursos de pós-graduação, com o devido alinhamento à legislação vigente. Oferta de cursos na modalidade pós-graduação lato sensu: em 2018 37 cursos de pós-graduação tiveram suas atividades	Sistema avaliativo ainda da Pós-graduação não informatizado.	Oferta de Cursos de Pós-graduação, observando os referenciais de qualidade, em diversos segmentos do mercado de trabalho, para as comunidades interna e externa da IES. Sintonia entre a demanda do mercado e a oferta de cursos de pós-graduação. Avaliação do curso por parte dos discentes em cada disciplina ofertada durante do curso.	

	concluídas e outros 28 cursos iniciaram. Manutenção do setor técnico-administrativo para a gestão dos cursos de pós-graduação <i>Latu Sensu</i> denominado Núcleo de Pós-Graduação – NPG. Estruturação e ampliação do setor de pós-graduação, com: funcionários, equipamentos, sala e materiais próprios.			
3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	Encerramento, em dezembro de 2018, das atividades de iniciação científica iniciadas março de 2018. Realização do registro e arquivamento das atividades de Iniciação Científica Planejamento para a abertura de edital cuja publicação se deu em novembro de 2018, com oferta de bolsas de estudo e de remuneração aos orientadores. Estruturação e atualização do “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da FAGOC”, agora gerido pelo Núcleo de Apoio Acadêmico,		As políticas institucionais de pesquisa e iniciação científica estão devidamente regulamentadas e aprovadas no “Regulamento de Iniciação Científica”. Ampliação da oferta de bolsas de iniciação científica. Sala para os alunos de iniciação com acesso a computadores e internet. Disponibilização de professores para a orientação e co-orientação dos alunos ingressantes no programa de Iniciação Científica. Incentivo financeiro aos professores que conseguem realizar publicações de trabalhos acadêmicos. Aumento do interesse da comunidade acadêmica pela Iniciação Científica.	

	Pesquisa e Extensão - NAPE, conforme normas estabelecidas no Regulamento de Iniciação Científica Encerramento do ciclo 2018 (março a dezembro) das atividades de iniciação científica. Manutenção da oferta de bolsas de iniciação científica que durante o ano de 2018 contou com 22 projetos apoiados, 33 alunos e 20 professores envolvidos no processo.			
3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Extensão.	Realização de eventos técnicos, científicos e culturais. Ampliação de atividades por meio de parcerias com diferentes Instituições. Realização da Semana Unificada FAGOC. Realização dos Jogos Escolares FAGOC. Realização de vários cursos de extensão no ano de 2018. Realização de evento com toda a comunidade acadêmica oferecendo palestras unificadas e cursos de extensão em áreas específicas	Baixa oferta de cursos de Extensão para atender a comunidade externa da FAGOC.	As políticas institucionais de extensão e sua forma de operacionalização estão devidamente regulamentadas e aprovadas no "Regulamento das Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais".	

	Ampliação da participação dos dirigentes da Fagoc em eventos que tratam da educação superior.			
3.6 Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	Os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados.		As atividades de extensão estão devidamente explicitadas no "Regulamento Das Atividades Acadêmico Científico – Culturais", aprovado em 31 de julho de 2007. Realização de atividades de dimensão cultural e recreativa com o objetivo de promover a integração entre os ingressantes e demais alunos da IES. Apoio financeiro a docentes e discentes quanto à divulgação de trabalhos acadêmicos, seja em revista científicas ou eventos (congresso, seminários, etc)	
3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.	Verifica-se coerência entre as ações de comunicação com a sociedade e as políticas constantes nos documentos oficiais.		As ações da IES são comunicadas a comunidade acadêmica, e mesmo à sociedade pela Agência de Notícias Fagoc – ANF por vias diversas, tais como: Rádio Fagoc, Site, Redes Sociais (YouTube, Facebook, Twitter), Jornal Fagoc, Flyers, Cartazes, Banners, Faixas e Outdoors. Localização plenamente acessível aos demais bairros da cidade e também a cidades vizinhas. Bom relacionamento com a mídia local e regional.	
3.8 Comunicação da IES com a	Atualização do site da FAGOC		Equipe própria e dinâmica, composta por	

comunidade interna.	que passa a contar com nova plataforma e maior interação entre os usuários e a instituição. Ampliação no uso das mídias sociais como canal de divulgação e recepção de informações. Utilização do Facebook, Twitter e Youtube para informar e divulgar as atividades da FAGOC. Tabulação e divulgação no site da Faculdade dos Resultados das Avaliações Institucionais e da Autoavaliação. Ampliação dos canais de divulgação interna da IES. Ampliação da divulgação das ações realizadas pela FAGOC através de canais próprios, além da parceria com veículos de comunicação da cidade. Ampliação de estratégias de Marketing Digital para maior comunicação com o público através da WEB.		funcionários e estagiários. Infra-estrutura adequada à prestação de serviços. Adequado funcionamento do Núcleo de Comunicação FAGOC, que possui sala, funcionários e equipamentos próprios. Intranet própria e de fácil utilização, tendo sido reestruturada/ampliada às exigências de alunos, professores, coordenadores e à Secretaria Acadêmica, mudando do Pandora para o SIGA, a partir do segundo semestre de 2011. E do SIGA 1.0 para o SIGA 2.0 em 2017/2018. Envolvimento da IES com as comunidades interna e externa.	
3.9 Programas de atendimento aos estudantes.	Verifica-se a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento		Manutenção das atividades do Serviço Social. Coordenadores de cursos estão à disposição dos alunos, com salas individuais e próprias ao bom	

	pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.		atendimento. Recepção aos alunos ingressantes de forma humanizada e com ações culturais. Integração entre os sistemas da Sec. Acadêmica e Sec. Financeira, a partir de agosto de 2011, para melhor atender aos alunos, via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA Registros sistematizados de ocorrências na ouvidoria, totalizando 127 manifestos no ano de 2018. Oferta de 307 bolsas relacionadas ao vestibular social. Atividades desempenhadas pelo "Banco de Talentos" que durante o ano de 2018 ofereceu aos discentes 41 possibilidades de estágio e 28 possibilidades de emprego em instituições de Ubá e Região. Atividades desempenhadas pelo Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE, entre encaminhamento à psicóloga, acompanhamento de notas e faltas, atestados médicos, licença maternidade e conflitos entre discentes e docentes ou discentes e corpo técnico-administrativo. (5.637 atendimentos aos discentes em 2018). Existência de um considerável número de programas de bolsas de estudos e benefícios para	
--	--	--	--	--

			estudantes. Estrutura física e espaços de convivência adequados ao bom atendimento às necessidades dos alunos. Contratação de profissionais para trabalhar no NAE e tratar das demandas de acessibilidade institucional	
3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente	Os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de eventos internos e à produção discente, estão implantados e adequados.		Os eventos internos e externos são realizados conforme calendário acadêmico definido pela Secretaria Acadêmica em conjunto com os demais setores da IES. O apoio à realização dos eventos ocorre consoante a necessidade-demanda de cada curso.	
3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.	Existem políticas institucionais adequadas para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto pessoal e para saber o índice de ocupação entre eles. Busca-se também obter informações sobre a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Cabe salientar que tais informações são coletadas de forma estruturada.	Carência da manutenção do vínculo com os alunos egressos. Baixo índice de respondentes do questionário de acompanhamento do egresso	Atualização do cadastro dos alunos e ex-alunos pelo setor de Marketing da Fagoc durante o ano de 2018. Utilização de e-mail e <i>googledrive</i> para o envio e recebimento das respostas (mídia eletrônica).	
3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	Realização do acompanhamento dos egressos da IES no ambiente		Com base nos dados obtidos junto aos egressos, em questionário aplicado	

	socioeconômico		no mês de novembro e dezembro de 2018, pode-se perceber que a grande maioria deste respondentes atuam em sua área de formação e estão satisfeitos com a situação profissional atual. Pode-se constatar ainda que a maioria dos egressos se sentiram capacitados para a maioria das situações profissionais apresentadas em sua área de atuação.	
3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais. (aplica-se quando previsto no PDI)	Nsa	Nsa	Nsa	Nsa

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	1	As ações acadêmico-administrativas não estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação.
		2	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação, mas não consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas ou de nivelamento, transversais a todos os cursos.
		3	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos

			de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas e de nivelamento, transversais a todos os cursos.
		4	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos, e de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais.
		5	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos, de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.
3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pósgraduação lato sensu (NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.)	1	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI não estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
		2	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , mas não se evidenciam a aprovação pelos colegiados da IES e o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados.
		3	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos <i>lato sensu</i> com as áreas da graduação.
		4	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos <i>lato sensu</i> com as áreas da graduação; adicionalmente, mais de 50% dos docentes são mestres ou doutores.
		5	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ,

			considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos <i>lato sensu</i> com as áreas da graduação; adicionalmente, mais de 50% dos docentes são mestres ou doutores e há outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.
--	--	--	--

3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.)	1	Não há política de ensino ou ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.
		2	As ações acadêmico-administrativas não estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, mas não há articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica ou da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação.
		3	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação.
		4	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação; adicionalmente, a IES possui pelo menos um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> avaliado com conceito 5 pela CAPES.
		5	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação; adicionalmente, a IES possui pelo menos um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> avaliado com conceito 6 ou 7 pela CAPES.

3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural (NSA para faculdades, exceto	1	Não há ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.
		2	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural não estão em conformidade com as políticas estabelecidas.
		3	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o

	<i>quando houver previsão no PDI.)</i>		desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de sua divulgação no meio acadêmico.
		4	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, e são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.
		5	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.
3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	1	Não há ações acadêmico-administrativas para a extensão.
		2	As ações acadêmico-administrativas para a extensão não estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa.
		3	As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico.
		4	As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico, e são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.
		5	As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	1	Não há ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica.
		2	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica não promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais ou não incentivam a participação dos docentes em eventos locais.
		3	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais e incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local e nacional.
		4	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais e incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional.
		5	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e incluem a organização e publicação de revista acadêmico-científica indexada no Qualis.

3.7	Política institucional de acompanhamento dos egressos	1	Não há política institucional de acompanhamento dos egressos.
		2	A política institucional não garante mecanismo de acompanhamento de egressos.
		3	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos e a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional.
		4	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional e estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.
		5	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

3.8	Política institucional para internacionalização (NSA quando não houver previsão no PDI.)	1	A política institucional para a internacionalização não está articulada com o PDI.
		2	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, mas não apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.
		3	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI e apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.

		4	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e é coordenada por um grupo regulamentado.
		5	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e é coordenada por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.

3.9	Comunicação da IES com a comunidade externa	1	Não há canais de comunicação externa.
		2	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), mas não publicam documentos institucionais relevantes ou não possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria.
		3	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria e permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa.
		4	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa e apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas.
		5	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas e promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

3.10	Comunicação da IES com a comunidade interna	1	Não há comunicação da IES com a comunidade interna.
		2	A comunicação da IES com a comunidade interna não promove a transparência institucional, ou não divulga os resultados das avaliações interna e externa.
		3	A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, divulga os resultados das avaliações interna e externa e disponibiliza ouvidoria.
		4	A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, por meio de

			canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, divulga os resultados das avaliações interna e externa e disponibiliza ouvidoria.
		5	A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, divulga os resultados das avaliações interna e externa, disponibiliza ouvidoria e fomenta a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.
3.11	Política de atendimento aos discentes <i>Para a modalidade EAD, não considerar programas de monitoria.</i>	1	Não há programas de apoio aos discentes.
		2	A política de atendimento aos discentes não contempla programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade, monitoria ou nivelamento.
		3	A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, e apoio psicopedagógico.
		4	A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, e apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição.
		5	A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.
3.12	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	1	Não há políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos.
		2	As políticas institucionais e ações de estímulo não garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES ou apoio à produção acadêmica discente.
		3	As políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, e apoio à produção acadêmica discente.
		4	As políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de

			âmbito local, nacional ou internacional, e apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais.
		5	As políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional, e apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.

Eixo 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

Sobre as Políticas de Pessoal, de Carreira do Corpo Docente e do Corpo Técnico - Administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, cabe salientar que as colocações tiveram por base o questionário de clima organizacional, realizada pelo Departamento de RH da FAGOC, com cerca de 67,3% dos funcionários, dentre eles técnico-administrativo, docentes e coordenação, durante o mês de dezembro de 2017.

A Faculdade apóia as atividades técnicas, pedagógicas e culturais além da produção científica dos docentes. Mesmo com várias conquistas ainda apresenta algumas dificuldades, onde a falta de recursos humanos tem dificultado a execução de suas ações.

Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo, onde a experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional.

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

O modo de gestão institucional da FAGOC busca a democratização e a participação por representatividade dos segmentos da comunidade nas tomadas de decisões, através da constituição do Conselho Superior e de programas como o “Café com o Diretor”.

As Coordenações de curso e os Coordenadores dos setores administrativos são órgãos de execução subordinadas diretamente à Superintendência Acadêmica e de Tecnologia e à Superintendência Administrativa e Financeira, respectivamente, que por sua vez são subordinados ao Diretor Geral.

A Superintendência Acadêmica e de Tecnologia tem por finalidade especificar, programar, supervisionar, coordenar e avaliar as atividades de ensino de

graduação. Enquanto a Superintendência Administrativa e Financeira tem a função de planejar, organizar, dirigir e controlar os seguintes setores: Biblioteca, Secretaria Acadêmica, Secretaria Financeira, Xerografia, Limpeza, Manutenção, etc.

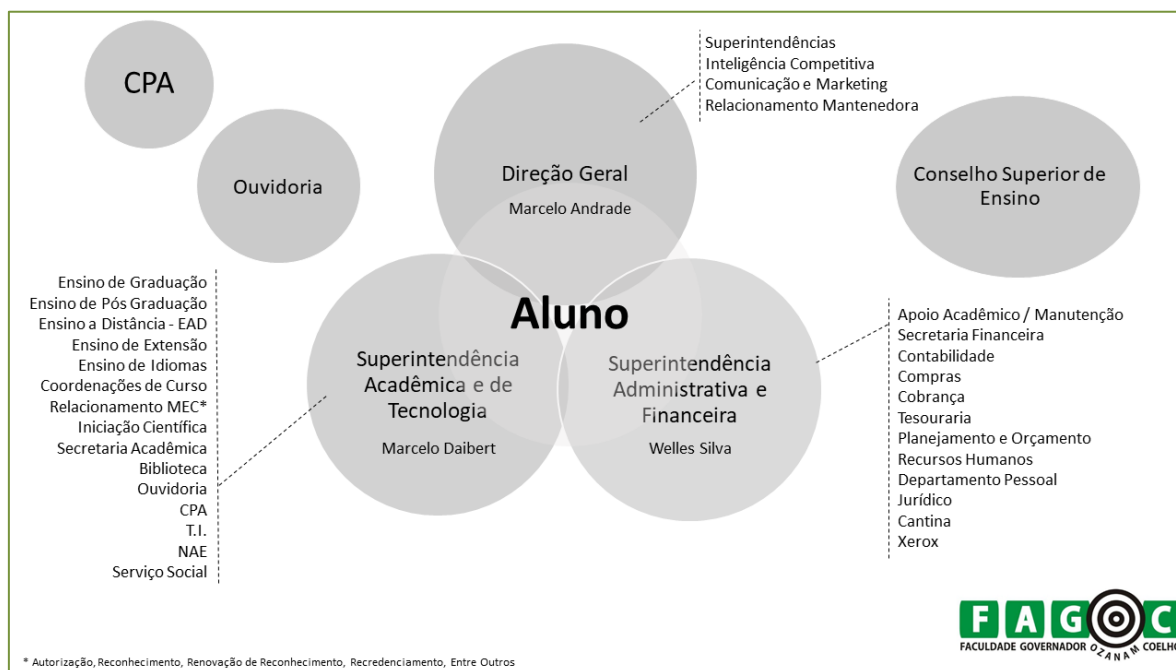
Cada curso de graduação em funcionamento na Faculdade tem como representante um coordenador escolhido pela Direção da Faculdade. As competências dos Colegiados de Curso e as atribuições dos Coordenadores são estabelecidas no Regimento Geral da FAGOC.

A cargo do Núcleo de Pesquisa e Extensão e do Núcleo de Pós-Graduação ficam as atividades extracurriculares, culturais, artísticas e de extensão, bem como aquelas ligas a abertura e acompanhamento dos cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu*. A Faculdade ainda possui a ouvidora e a Comissão Própria de Avaliação – CPA que ajudam no processo de construção da gestão democrática.

Atendendo plenamente o previsto pela legislação vigente proposta pelo CONAES, que visam a construir uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidade acadêmica e Social, e diante dos resultados apontados pelas pesquisas, conclui-se que a FAGOC sustenta seus aspectos de garantia da sustentabilidade financeira sob controle e vem apresentando resultados satisfatórios, cumprindo desta forma seu planejamento estratégico previsto no PDI, com objetivos claros e bem definidos de atendimento às expectativas.

O corpo diretivo da FAGOC está estruturado conforme Figura 1 - Organograma do Corpo Diretivo FAGOC. Pela figura pode-se perceber que a IES possui 3 atores centrais, Direção Geral, Superintendência Acadêmica e de Tecnologia e Superintendência Administrativa e Financeira. Possui ainda outros três órgãos de importâncias, quais sejam? CPA, Ouvidoria e Conselho Superior de Ensino.

Figura 1: Organograma do Corpo Diretivo FAGOC



AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
4.1 Política de formação e capacitação docente.	Parceria com o ICEPEM para apoiar os docentes na realização de cursos <i>strictu sensu</i>. Programa de capacitação realizado com os docentes que necessitarão operar o sistema SIGA (intranet da FAGOC). Programa de ambientação com todos os novos contratados durante o ano de 2017, para maior desenvoltura quando do início das atividades. Cursos de capacitação e	Baixa participação dos docentes em eventos científicos. Baixa participação nos cursos de capacitação e aprimoramento, para os docentes.	Corpo docente composto por professores com considerável experiência acadêmica e profissional. Busca pela contratação de docentes com titulação mínima de Mestre. Semana acadêmica unificada, com oferta de mini-cursos, palestras e work-shop de trabalhos científicos. Treinamentos eventuais nas reuniões pedagógicas. Apoio aos docentes quanto a realização de cursos na modalidade <i>strictu-sensu</i>.	

	aprimoramento, para os docentes. Treinamento de funcionários técnico-administrativo e docentes com enfoque na missão e no PDI da instituição. Realização de curso de capacitação pelos profissionais da Secretaria Acadêmica e Financeira. Planejamento para realização da pesquisa de clima organizacional e motivacional prevista para o primeiro semestre de 2018 (Pesquisa bianual).			
4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	Programa de capacitação realizado com o corpo técnico-administrativo que necessitarão operar o sistema SIGA (intranet da FAGOC). Programa de ambientação com todos os novos contratados durante o ano de 2017, para maior desenvoltura quando do início das atividades. Salas individuais ou coletivas para atender ao corpo técnico-administrativo com acesso a computador, internet e mobiliário. Realização de pesquisa de clima	Cursos de capacitação e aprimoramento para o corpo técnico-administrativo.	Clima organização favorável ao desenvolvimento das atividades Infra-estrutura adequada ao bom desempenho das atividades acadêmicas. Intranet com recursos que atendem de forma adequada as demandas do corpo técnico-administrativo.	

	organizacional e motivacional no segundo semestre de 2017.			
4.3 Gestão institucional.	Revisão e implantação do Planejamento Estratégico Institucional iniciado em abril de 2011 que abarca: - Elaboração e reestruturação do negócio, missão, visão e princípios da instituição; - Análise SWOT; - Posicionamento estratégico organizacional; - Mapa estratégico com definição de objetivos e metas; - Elaboração do plano de ação via metodologia 5W2H, com definição de metas, indicadores, cronograma e ações individuais num contexto macro. Realização de reuniões gerais, com corpo docente, funcionários técnico-administrativo, coordenadores de cursos, coordenação acadêmica e diretoria, ao menos 02 (duas) vezes por semestre. Desenvolvimento de um programa de metas para os funcionários. Acompanhamento da (Re)Estruturação	Baixa participação dos discentes nos processos decisórios, tais como em reuniões de colegiado e Centros Acadêmicos. Falta de um plano de capacitação periódica para os Gestores.	Existência de um planejamento estratégico que oriente as ações da IES no longo prazo. Existência de regulamentos do Núcleo de Pós-Graduação, Núcleo de Apoio Acadêmico, Núcleo de Iniciação Científica, Secretaria Acadêmica, Secretaria Financeira, e Biblioteca para nortear suas ações. Mantenedora presente, atuante e acessível à comunidade acadêmica. Reuniões ordinárias do NAE e do NPG, para a discussão dos assuntos referentes à extensão, pesquisa e pós-graduação. Conselho de Ensino, CPA, Colegiados de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) implantados e atuantes. Interação das coordenações administrativas, através de debates semanais, para a resolução de questões relacionadas à IES como um todo.	

	do quando de funcionários, núcleos e conselhos por meio de organograma.			
4.4 Sistema de registro acadêmico.	Manutenção e melhorias do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA, criado e desenvolvido pelo departamento de Tecnologia da Fagoc. Digitalização dos documentos para registro eletrônico.	Ainda existem algumas demandas (funcionalidades) que o SIGA não atende, mas elas estão devidamente registradas e em fase de elaboração.	O SIGA possibilita uma interface entre professores, coordenadores, alunos e Agência de Notícias Fagoc. Pelo ambiente virtual (intranet) o aluno pode acessar material didático, plano de ensino, notas, faltas e presenças. O SIGA, pelo setor de TI da FAGOC, está sempre passando por melhorias e inclusão de novas funcionalidades.	
4.5 Sustentabilidade financeira.	Verifica-se a coerência entre a sustentabilidade financeira da IES e o estabelecido em documentos oficiais. A IES possui sustentabilidade financeira, com políticas pré-estabelecidas de captação e alocação de recursos num cenário macro.	Baixo número de inscritos nos cursos de extensão, ocasionando perda de receita. As políticas de alocação de recursos são realizadas numa perspectiva de curto prazo.	Definição, via PDI, dos demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeira. Elaboração do Planejamento Estratégico com definição de objetivos e metas para a arrecadação de receitas e contenção de despesas, ano a ano, até 2018. Os discentes encontram junto a Secretaria Financeira flexibilidade nas negociações de seus débitos em atraso. A IES cumpre com suas obrigações financeiras em dia. Salários dos docentes e técnicos-administrativos pagos regularmente e sem atrasos. Obrigações trabalhistas cumpridas conforme legislação vigente. Definição de objetivos e metas, num contexto	

			macro, que componham o aumento de receita e redução de despesas.	
4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	Atualizações e readequações do regimento interno e do PDI para comportar a relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional. Reuniões periódicas para tratar do ajustamento e execução do Plano Estratégico, com revisão de rotinas, processos e intersecções setoriais. Reestruturação do fluxograma para procedimentos administrativos e acadêmicos, para os cursos de graduação.	Em geral o planejamento financeiro é feito para o curto e médio prazo.	A Fagoc possui liquidez financeira, e honra com seus gastos em dia, ou seja, não há atrasos nos pagamentos de funcionários, empresas e/ou prestados de serviço. Existe um planejamento financeiro, com cálculos consistentes de receitas e despesas.	
4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	As políticas firmadas em documentos oficiais são coerentes com o aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e condições de trabalho do corpo docente. Treinamento de docentes com enfoque na missão, visão, princípios, negócio e no PDI da instituição.	Melhorar os programas de incentivos de produção bibliográfica por parte do corpo docente.	O Plano de Carreira Docente foi implantado e homologado em maio de 2009 pelo Ministério do Trabalho - DRT/MG, permanecendo sua vigência, sem alterações, durante o ano de 2018.	
4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.	As políticas firmadas em documentos oficiais são coerentes com o aperfeiçoamento		O plano de carreira do corpo técnico administrativo foi implantado e homologado pelo Ministério do Trabalho	

(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	e desenvolvimento profissional e condições de trabalho do quanto técnico-administrativo. Treinamento de funcionários técnico-administrativo com enfoque na missão, visão, princípio, negócio e no PDI da instituição.		em maio de 2009, permanecendo sua vigência, sem alterações, durante o ano de 2018.	
---	---	--	--	--

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

4.1	Titulação do corpo docente	1	O corpo docente é composto por menos de 25% de mestres e doutores.
		2	O corpo docente é composto por ao menos 25% de mestres e doutores.
		3	O corpo docente é composto por ao menos 40% de mestres e doutores.
		4	O corpo docente é composto por ao menos 60% de mestres e doutores.
		5	O corpo docente é composto por ao menos 80% de mestres e doutores.

4.2	Política de capacitação docente e formação continuada	1	Não há política de capacitação docente e formação continuada.
		2	A política de capacitação docente e formação continuada não garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais ou em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.
		3	A política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.
		4	A política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.
		5	A política de capacitação docente e formação

			continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas.
4.3	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	1	Não há política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo.
		2	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo não garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.
		3	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.
		4	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação.
		5	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.
4.4	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância <i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº 1.134 de 10/10/2016.</i>	1	Não há política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância.
		2	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância não garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.
		3	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.
		4	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação.
		5	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação, com

			práticas consolidadas e institucionalizadas.
4.5	Processos de gestão institucional	1	Os processos de gestão institucional não consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados ou a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso).
		2	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), mas não regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados.
		3	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), e regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados.
		4	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistemizam e divulgam as decisões colegiadas.
		5	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistematizam e divulgam as decisões colegiadas, cuja apropriação pela comunidade interna é assegurada.
4.6	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático <i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº1.134 de 10/10/2016.</i>	1	O sistema de controle e distribuição de material didático não está formalizado.
		2	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático não considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável ou estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional.
		3	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável e estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional.
		4	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional e disponibilização por diferentes mídias, suportes e

			linguagens.
		5	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.
4.7	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	1	O orçamento não é formulado a partir do PDI.
		2	O orçamento é formulado a partir do PDI e está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso).
		3	O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso) e prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos.
		4	O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos.
		5	O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados .
4.8	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	1	O orçamento não dispõe de acompanhamento ou participação das instâncias gestoras e acadêmicas.
		2	O orçamento dispõe de acompanhamento ou participação das instâncias gestoras e acadêmicas.
		3	O orçamento dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.
		4	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.
		5	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), orientando a tomada de decisões internas.

Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

Essa dimensão teve sensível melhoria no que diz respeito à acessibilidade de deficientes físicos e a construção de novas salas de aula, laboratórios e melhorias de instalações administrativas. Outro fator amplamente desenvolvido no ano de 2018 foi a ampliação da internet via *wireless* no campus.

AÇÕES PROGRAMADAS NA PROPOSTA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS		OBSERVAÇÕES
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
5.1 Instalações administrativas	A oferta e disposição da infraestrutura física, bem como dos materiais e equipamentos disponibilizados a comunidade acadêmica são norteados e preenchem a contento o que está estabelecido em documentos oficiais. Aumento da segurança no Campus com ampliação e manutenção das câmeras de segurança. Atualização do catálogo de bens materiais (espaços físicos e equipamentos) da FAGOC. Conservação dos pontos de extintores conforme Norma Reguladora, refazendo sinaleiras indicativas e troca. Os cursos de pós-graduação estão funcionando em salas	Ausência de um plano de investimento setorial a médio ou longo prazo. Melhorias necessárias em alguns computadores disponibilizados aos docentes.	Com a elaboração/atualização do PDI, pode-se definir de forma aclarada as fontes de receita e despesa da Instituição, ocasionando maior planejamento dos gastos com estrutura física e aquisição de equipamentos Manutenção do acesso ao Compus, com instalação de catracas para o acesso de funcionários e alunos, via digital, provendo maior segurança e controle. Manutenção de câmeras e alarme em vários pontos estratégicos do campus, com monitoramento 24h. Acesso gratuito de internet via <i>wireless</i> para os alunos da FAGOC. A FAGOC possui cerca de 45 salas de aulas distribuídas em 6 prédios, ao todo são 109 salas, contando salas administrativas, salas de aula e laboratórios. Além de 4 banheiros femininos e 3 masculinos distribuídos também em 3 prédios.	

	climatizadas, com equipamentos de áudio e visual (datashow). Aquisição de equipamentos de <i>datashow</i>. Adequação de algumas salas de aula para atender ao número de alunos. Contratação de funcionários para tratar da conservação dos espaços físicos. Construção e finalização do prédio de salas de aula e laboratório para o curso de medicina. Construção de salas de aula para novas turmas de graduação. Reforma de espaços para atender aos alunos de psicologia, tais como laboratórios e sala de aula. Ampliação do Núcleo de Ensino em Saúde Coletiva, Pesquisa e Extensão (NESCOPE) do curso de medicina. Adequação dos espaços destinados à Secretaria Acadêmica e Secretaria Financeiras, que passam a trabalhar de forma conjunta.		Acesso e fluxo adequados no Campus aos portadores de necessidades especiais. Auditório climatizado, com capacidade para 400 pessoas, e sistema de som e iluminação modernos.	
--	--	--	--	--

5.2 Salas de aula.	Construção e manutenção das salas de aula. Limpeza, iluminação, ventilação e equipamentos disponíveis para as salas de aula. Renumeração e inclusão de placas indicativas no Campus da Faculdade.		As salas de aula possuem iluminação adequada e são diariamente limpas e organizadas. Boa parte das salas possuem ar condicionada e Datashow. As salas sem Datashow ou caixa de som contam com agendamento, por parte dos professores, no SIGA.	
5.3 Auditório(s).	Construção do auditório Fagoc, com capacidade de 400 pessoas e investimento da ordem de 1,5 milhão.		O auditório FAGOC possui iluminação e sonorização modernos, revestimento acústico, camarim, sala de recepção e banheiros.	
5.4 Sala(s) de professores.	Conservação da sala destinada aos professores.	Os professores horistas não possuem sala para atendimento aos alunos. Os professores horistas e parte dos professores de tempo parcial não possui espaço para atender aos alunos. A sala de convivência destinada aos professores não possui tamanho e estrutura adequados.	A IES possui 01 sala de convivência para os professores com espaço para consulta na internet, <i>wifi</i>, espaço para lanche e impressora. Todos os coordenadores de curso possuem salas próprias para suas atividades administrativas e atendimento aos alunos. Todos os professores de tempo integral possuem sala própria.	
5.5 Espaços para atendimento aos alunos.	Conservação dos espaços destinados ao atendimento dos alunos.	Os professores horistas e parte dos professores de tempo parcial não possui espaço para atender aos alunos. Alguns professores	Todos os coordenadores de curso e professores em tempo integral possuem espaço para atendimento individualizado dos alunos. O Núcleo de Apoio aos Estudantes - NAE	

		(principalmente os horistas e de tempo parcial) utilizam os espaços da biblioteca para fazer atendimento aos alunos.	funciona em sala equipada e climatizada. A Secretaria Financeira e a Secretaria Acadêmica funcionam em sala conjunta, equipada e climatizada. O núcleo de pós-graduação está em espaço maior, com melhor capacidade de atendimento aos alunos.	
5.6 Infraestrutura para CPA.	Conservação da sala destinada aos representantes da CPA.		A CPA possui sala própria, mobiliário e acesso a internet, impressora, 02 armários, 05 mesas com cadeira e uma mesa redonda para reunião. Atende plenamente às necessidades da Comissão, além de possuir climatizador.	
5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	Conservação da sala destinada aos professores.	O tamanho do espaço e a estrutura de separação dos gabinetes destinados aos professores de tempo integral necessitam ser melhorados.	Todos os professores de tempo integral possuem sala de atendimento individualizado. Os gabinetes dos professores têm mobiliário, acesso a internet e possibilidade de impressão.	
5.8 Instalações sanitárias	Manutenção e conservação dos sanitários da IES.	As paredes, pisos e sanitários de algumas instalações sanitárias precisam ser melhoradas.	A IES possui ao todo 2 instalações sanitárias destinadas ao público feminino e 3 instalações sanitárias destinadas ao público masculino. Em pelo menos uma das instalações de cada gênero há espaço adequado destinado a deficiente físico. Os espaços são limpos diariamente e possuem iluminação adequada.	
5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	Manutenção da biblioteca para o adequado uso da comunidade		Biblioteca ampla que atende plenamente aos alunos da IES.	

	acadêmica: limpeza, iluminação e funcionários.		Salas de estudo em grupo e individual disponíveis na biblioteca. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, das 9:00h as 22:30h, e ao menos uma vez no mês também há funcionamento aos sábados.	
5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	Manutenção e atualização dos serviços de informatização da Biblioteca	Baixa utilização da biblioteca virtual Pearson e do sistema de busca da intranet da biblioteca Fagoc.	Acesso ao catálogo da biblioteca via internet em http://biblioteca.fagoc.br Registro dos materiais da biblioteca (livros, revistas, obras em geral) em programas específicos. Disponibilização aos alunos da biblioteca virtual Pearson, com vários exemplares de livros e possibilidade de impressão parcial das obras. Livros, revistas, periódicos, jornais e DVDs disponíveis a comunidade acadêmica.	
5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo.	No ano de 2018 foram adquiridos 104 títulos e 607 exemplares de livros, 12 atlas, 3 dicionários e 77 periódicos. Existência de um planejamento orçamentário de gastos para a aquisição de novas obras.	Perda de exemplares da biblioteca, ocasionados por empréstimos sem devolução.	A biblioteca periodicamente faz novas aquisições de livros, revistas, jornais, atlas, etc. É disponibilizado área de leitura de jornais e revistas atualizados.	
5.12 Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	Manutenção dos computadores do laboratório de informática. Substituição de equipamentos de informática por novos e mais modernos.		Existência de 04 Laboratórios de informática disponíveis aos alunos nos turnos da tarde e da noite - capacidade para cerca de 100 alunos simultaneamente. Presença de monitores nos laboratórios de	

	Aquisição de computadores e equipamentos para os laboratórios de fisiologia humana, além do aumento da disponibilidade de acesso a internet (seja pela rede de cabeamento ou wireless).		informática para auxiliar os alunos em suas atividades.	
5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	Manutenção e ampliação dos serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação.	Internet wireless fornecida no campus, mas com baixa qualidade e por vezes com dificuldades de acesso.	Serviço de intranet (SIGA) disponibilizado a todos os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo para registro, análise e disseminação de informações acadêmicas e institucionais. Internet via cabo de fibra ótica disponível em toda a faculdade e com qualidade. Comunicação e acesso às redes sociais como facebook, youtube e twitter. Rádio Fagoc operante e fornecendo à comunidade acadêmica informação e entretenimento. Laboratórios de informática disponíveis para acesso a internet e realização de trabalhos acadêmicos. Em 2018, especificamente para acesso a internet, a faculdade investiu R\$160.000,00 reais para ampliação na rede wifi. A finalização operacional está prevista para 2019.	

5.14 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	Manutenção dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.		A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários é bem cuidada e adequada à prática didática.	
5.15 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	Manutenção dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.		Os serviços dos laboratórios, ambientes e cenários são adequados à prática didática.	
5.16 Espaços de convivência e de alimentação.	Manutenção dos espaços de convivência e de alimentação.	A faculdade tem crescido nos últimos anos, e a cada ano mais alunos começam a circular pelo campus. Ao poucos os espaços de convivência estão ficando saturados.	A Fagoc está localizada em um bairro tranquilo e bem cuidado. Os alunos costumam ter convivências em alguns espaços como a cantina, biblioteca e espaços arbóreos com bancos em frente a biblioteca. Estes locais são bem cuidados, limpos diariamente e em bom estado de conservação.	

Com o objetivo de tornar a autoavaliação mais coerente com as demandas do MEC, assim como verificar os pontos críticos de sucesso, a CPA também optou por fazer uma autoavaliação considerando as sub dimensões do INEP para avaliação externa de curso, que seguem nos quadros abaixo. Nota-se que o número sombreado corresponde à pontuação dada pela CPA.

5.1	Instalações administrativas	1	As instalações administrativas não atendem às necessidades institucionais.
		2	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
		3	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.
		4	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial.

		5	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.
5.2	Salas de aula. <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>	1	As salas de aula não atendem às necessidades institucionais.
		2	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
		3	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.
		4	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.
		5	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.
5.3	Auditório(s) <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>	1	Não há auditório(s).
		2	O(s) auditório(s) não atende(m) às necessidades institucionais.
		3	O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica.
		4	O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica e , em pelo menos um auditório, a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet.
		5	O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica e , em pelo menos um auditório, a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.
5.4	Sala de professores <i>Considerar para a modalidade a distância as salas de</i>	1	As salas de professores não atendem às necessidades institucionais.
		2	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.

	<i>professores e/ou de tutores.</i>	3	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.
		4	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.
		5	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.
5.5	Espaços para atendimento aos discentes <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>	1	Os espaços para atendimento aos discentes não atendem às necessidades institucionais.
		2	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
		3	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.
		4	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.
		5	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.
5.6	Espaços de convivência e de alimentação	1	Os espaços de convivência e de alimentação não atendem às necessidades institucionais.
		2	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
		3	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.
		4	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e a dimensão necessária para integração entre os

			membros da comunidade acadêmica.
		5	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a existência de serviços variados e adequados.

5.7	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>	1	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas não atendem às necessidades institucionais.
		2	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
		3	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança e a avaliação periódica dos espaços.
		4	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.
		5	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

5.8	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	1	Não há infraestrutura física ou tecnológica destinada à CPA.
		2	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA não atende às necessidades institucionais.
		3	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros e as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados.
		4	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados e os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação.
		5	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos

			para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos comprovadamente inovadores.
5.9	Bibliotecas: infraestrutura <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>	1	A infraestrutura para bibliotecas não atende às necessidades institucionais.
		2	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, mas não apresenta acessibilidade, ou não possui estações individuais e coletivas para estudos ou recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
		3	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, e possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
		4	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo e fornece condições para atendimento educacional especializado.
		5	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornece condições para atendimento educacional especializado e disponibiliza recursos comprovadamente inovadores.
5.10	Bibliotecas: plano de atualização do acervo	1	Não há plano de atualização do acervo descrito no PDI.
		2	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, mas não há viabilidade para sua execução.
		3	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos.
		4	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos e ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica.
		5	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.
5.11	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	1	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente não atendem às necessidades institucionais
		2	As salas de apoio de informática ou estrutura

			equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade, os serviços e o suporte.
		3	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade, os serviços, o suporte e as condições ergonômicas.
		4	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade (incluindo recursos tecnológicos transformadores), os serviços, o suporte e as condições ergonômicas.
		5	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade (incluindo recursos tecnológicos transformadores), os serviços, o suporte, as condições ergonômicas e a oferta de recursos de informática comprovadamente inovadores.
5.12	Instalações sanitárias	1	As instalações sanitárias não atendem às necessidades institucionais.
		2	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.
		3	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.
		4	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.
		5	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de banheiros familiares e fraldários.
5.13	Estrutura dos polos EAD	1	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos não permite a execução das atividades previstas no PDI.
	Exclusivo para modalidade a distância com previsão de oferta em polos. As	2	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, mas não viabiliza a realização das atividades

	<i>informações dos polos devem estar disponíveis na sede da Instituição.</i>		presenciais, não apresenta acessibilidade ou não é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados.
		3	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade e é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados.
		4	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais diferenciados aplicados aos processos de ensino e aprendizagem.
		5	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores comprovadamente exitosos.
5.14	Infraestrutura tecnológica <i>Exclusivo para IES que preveem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet.</i>	1	Não há base tecnológica explicitada no PDI ou não é apresentada a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis.
		2	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica e o acordo do nível de serviço.
		3	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço e a segurança da informação.
		4	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência.
		5	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.
5.15	Infraestrutura de execução e suporte <i>Exclusivo para IES que</i>	1	A infraestrutura de execução e suporte não atende às necessidades institucionais.
		2	A infraestrutura de execução e suporte não atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços.

	<i>preveem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet.</i>	3	A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta.
		4	A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, e apresentando um plano de contingência.
		5	A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.
5.16	Plano de expansão e de atualização equipamentos	1	Não há plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI.
		2	Não há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI.
		3	Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI.
		4	Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho.
		5	Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho; adicionalmente, há ações associadas à correção do plano.
5.17	Recursos de tecnologias de informação e comunicação	1	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação não asseguram a execução do PDI.
		2	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, mas não viabilizam as ações acadêmico-administrativas ou não garantem a acessibilidade comunicacional.
		3	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas e garantem a acessibilidade comunicacional. descrito no PDI.
		4	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional e permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica.
		5	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da

			comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.
--	--	--	--

5.18	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA <i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº1.134 de 10/10/2016.</i>	1	O AVA não atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES.
		2	O AVA atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES.
		3	O AVA atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores. descrito no PDI.
		4	O AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores.
		5	O AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Os requisitos legais e normativos são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição para o processo de regulação, justificando a avaliação atribuída. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de **atendimento obrigatório** conforme **Nota Técnica DAES/INEP 025/2015** de 12 de junho de 2015..

Nº	Dispositivo	POSSUI	NÃO POSSUI	NÃO SE APLICA
1	Alvará de funcionamento.	X		
2	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).	X		
3	Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	X		
4	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	X		
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	X		
6	Plano de Cargos e Carreira Docente.	X		
7	Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos.	X		
8	Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários:	X		
9	Regime de Trabalho do Corpo Docente	X		
10	Forma Legal de Contratação dos Professores	X		
11	Comissão Própria de Avaliação (CPA)	X		
12	Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS)	X		
13	Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários.			X
14	Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades.			X
15	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.	X		

16	Políticas de educação ambiental.	X		
17	Desenvolvimento Nacional Sustentável	X		
18	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	X		